

Bolsões de miséria

O exame das condições econômicas e sociais da população, com base apenas em índices que resultam de médias nacionais, pode produzir uma visão muito distorcida da realidade. É isso que, mais uma vez, se constata, no caso do Brasil, com a divulgação do relatório no qual a Organização das Nações Unidas (ONU) avalia as condições sociais dos países que dela fazem parte e sugere medidas para que eles alcancem os Objetivos do Milênio, definidos em 2002 para reverter o quadro mundial de pobreza, fome e doenças.

Do ponto de vista de desenvolvimento humano, o Brasil apresentado no relatório é o conhecido país de extremos. O município em melhores condições, São Caetano Sul, na Grande São Paulo, ostenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) igual ao da Itália. Padrão de renda, disponibilidade de infra-estrutura urbana e de serviços, entre outros fatores, dão a esse município um padrão de vida de Primeiro Mundo.

Na outra ponta da classificação de desenvolvimento humano está o município de Manari, localizado no sertão pernambucano, a 400 km do Recife. Dos seus 13 mil habitantes, apenas 162 têm emprego formal. A renda média familiar não passa de R\$ 70 por mês. Dos 2,9 mil domicílios cadastrados, apenas 12 dispõem de água encanada e 744 têm banheiro. A cidade não tem hospital, esgoto, rua asfaltada, banco ou órgão do Poder Judiciário. E 80% de sua população é analfabeta.

Manari é o exemplo mais dramático daquilo que o estudo da

ONU chama de bolsões de miséria. São 13 os bolsões identificados pelo relatório. Eles englobam 600 municípios, nos quais vivem 26 milhões de pessoas. É uma população comparável à do Marrocos. A área, por sua vez, corresponde a quatro vezes o território da Alemanha. Já o IDH é igual ao de Uganda, que ocupa a 147.ª posição numa lista de 175 países.

Só esses números deveriam preocupar as autoridades brasileiras. Mas ao grave quadro social desenhado pelo trabalho das Nações Unidas é preciso acrescen-

É PRECISO MAIS ATENÇÃO À MISÉRIA NOS GRANDES CENTROS URBANOS

tar os bolsões de miséria que se formaram nas regiões metropolitanas e que, por estarem muitas vezes circundadas por áreas prósperas, nem sempre aparecem com clareza nas estatísticas municipais ou regionais.

Ações do governo federal destinadas a combater a miséria têm-se concentrado em municípios onde o problema é, de fato, grave. Mas não têm enfrentado com igual atenção o mesmo problema quando eles ocorrem, até com maior intensidade, nos grandes aglomerados urbanos do País. Embora não relacione as áreas social e economicamente mais carentes dos grandes centros urbanos na relação dos bolsões de pobreza do País, o relatório da ONU não ignora o problema. "É preciso garantir que investimentos essenciais, em infra-estrutura, capital humano e admi-

nistração pública, sejam canalizados para as regiões atrasadas, inclusive para favelas e grupos sociais excluídos do processo político e dos benefícios econômicos", diz o documento. Em metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, percorrendo-se poucos quilômetros se vai de uma área comparável à Espanha a outra com IDH igual ao da Suíça, disse o coordenador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) no Brasil, José Carlos Libânio.

Outros estudos sobre a evolução do quadro social nos últimos anos, como os do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), já apontavam para o agravamento dos problemas nas regiões metropolitanas. De acordo com a FGV, em 2003, primeiro ano do governo Lula, a miséria diminuiu na área rural, mas aumentou na média do País, porque ela cresceu de maneira intensa nas regiões metropolitanas, em razão, sobretudo, do aumento do desemprego.

É muito provável que o Brasil alcance, no prazo previsto pela ONU (2015), os oito Objetivos do Milênio. Dispõe, na avaliação dos autores do relatório, dos recursos financeiros e técnicos necessários para tirar os 600 municípios da pobreza extrema. Dispõe, até, de recursos adicionais para ajudar países mais pobres. Mas as ações mais recentes mostram que, para os objetivos serem alcançados no prazo, o poder público precisa tornar-se mais eficiente. Há iniciativas fragmentadas dos diferentes níveis de governo e, no caso dos programas do governo federal, nem sempre seu foco é correto e nem sempre sua gestão pode ser considerada competente.